



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

29 DE DEZEMBRO DE 2023



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

29 DE DEZEMBRO DE 2023

No dia vinte e nove de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no auditório do Paço dos Henriques, em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da câmara;
- 3) Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);
- 4) Proposta de fixação das Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI);
- 5) Proposta de fixação da Participação Variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município;
- 6) Proposta de designação do Júri de Recrutamento do Cargo de Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto;
- 7) Proposta de delegação no Senhor Presidente da Câmara, da competência para assunção dos Compromissos Plurianuais, nas situações previstas no nº 3 do artigo 6º da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), na redação atual;
- 8) Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento do Prémio Literário António Isidoro de Sousa;
- 9) Proposta de aprovação da proposta da DAUP (Processo nº 109/2023), nos termos da alínea q), do artigo 25º, da Lei nº 75/2023, de 12 de setembro, na atual redação;
- 10) Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, Vasco Fialho, apresentado pela bancada do Partido Socialista;
- 11) Proposta de aprovação da 5ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita;
- 12) Proposta de aprovação da 5ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa;
- 13) Proposta de aprovação da 5ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos;
- 14) Proposta de aprovação de distinção, com atribuição de medalha de honra aos autarcas que desempenharam funções, após a instauração do poder local democrático, nos



diferentes órgãos autárquicos, em prol do desenvolvimento do Concelho de Viana do Alentejo, até setembro de 2021;

- 15) Proposta de aprovação do “Regulamento Municipal dos Pavilhões Gimnodesportivos Municipais e Nave do Centro Social de Aguiar”.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros: -----

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu -----
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário -----
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário -----
- António Manuel Dimas Grosso -----
- José Fernando Nazaré Pereira -----
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro -----
- Cecília Isabel Pinto Lopes -----
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino -----
- Ricardo Filipe Malagão Soldado -----
- João de Deus Carapeto Fialho -----
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar -----
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas
- Tânia Alexandra Candeias Milhano, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo.

O membro, Vítor Miguel Lôpas Fialho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Joaquim António Vilalva Teixoeira. -----

O membro Sara Patrícia Galega Rodrigues, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Jacinto Bento Grave. -----

O membro Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Paula Alexandra Mendes Maurício. -----

O membro João Pedro Valério Parra Martinho Antunes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael. -----



O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores. -----

No Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontrava disponível para quem a quisesse consultar. -----

Referindo-se à ata relativa à sessão ordinária de 8 de setembro de 2023, disse que apesar de constar na Ordem de Trabalhos, não foi rececionada, pelo que não pôde ser feita a sua leitura e eventual aprovação. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia informou que havia uma proposta da Câmara Municipal para que fosse incluído um novo ponto na Ordem de Trabalhos. Este assunto estava relacionado com o empréstimo de 800 mil euros e, de acordo com o Tribunal de Contas, era necessário que a Assembleia deliberasse sobre a Assunção dos Compromissos Plurianuais, relativamente a essa questão. -----

Assim, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração dos eleitos a inclusão do referido ponto na Ordem de Trabalhos, passando esta a conter 16 pontos, em vez de 15. -----

A proposta teve o acordo de todos os membros. -----

Neste período de Antes da Ordem do dia, interveio o membro Célia Sabino que, em nome da bancada do VIVA, apresentou uma moção de protesto, cujo conteúdo integral é o seguinte:

“MOÇÃO DE PROTESTO CONTRA O AUMENTO BRUTAL DE 16,5% DO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DA ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PELO MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO.

Foi aprovado na reunião de Câmara no dia 20 de Dezembro de 2023 um aumento brutal de 16,5% do Tarifário dos Serviços de Abastecimento da Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Viana do Alentejo. Esta decisão teve os votos a favor da CDU e a abstenção do PS. O VIVA votou contra.

As razões da apresentação da presente Moção pelo VIVA:

1 – O Município de Viana do Alentejo não se pode dar ao luxo de desperdiçar a água das suas nascentes e fontes e perdê-la para a ribeira. Esta água das nascentes locais poderia ser utilizada na rega dos jardins públicos, lavagem de viaturas, aplicada no lago e rega da Quinta da Joana, utilizada por associações (ex:bombeiros) e permitir uma poupança de água efetiva e cumprir os valores exigidos pela ERSAR, em vez de onerar de uma só vez, drasticamente, os munícipes de Viana do Alentejo;

2 – Estão previstos projetos no âmbito do CUA – Ciclo Urbano da Água, através do ALENTEJO 2030, em mais de um milhão de euros, e o executivo a título permanência da CDU não nos sabe dizer quanto é que vamos ganhar em eficiência, poupança de água e redução de custos. Não sabe dizer se essa poupança se vai refletir numa redução de custos aos munícipes;



3 – Cerca de 35% de perdas de água é demasiado. É aqui que reside o custo significativo da água. Não é através do aumento de preços;

4 – Não existe qualquer consideração na realização de um aumento ajustado às condições sociais das pessoas e instituições. É um aumento drástico de 16,5% para todos, mesmo para quem não pode.

5 – A justificação apresentada pelo senhor Presidente da Câmara de Viana do Alentejo não nos parece razoável. Referiu que o Município de Viana do Alentejo tem que aumentar em 16,5% os preços água, do saneamento e resíduos, para poder aceder a financiamentos do CUA – Ciclo Urbano da Água.

6 - Os projetos de regeneração urbana, aos quais o Município de Viana do Alentejo não enquadrou no âmbito do Plano de Ação da CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central), com o objetivo de garantir o financiamento através do ALENTEJO 2030 (Programa Regional do Alentejo 2021-2027), deveriam ter sido considerados prioritários. Se seguissem este caminho, até porque já existem projetos técnicos deixados pelo executivo anterior, seria uma boa forma de ajudar a resolver este problema.

O VIVA entende que o aumento brutal de 16,5% no preço da água, do saneamento e resíduos, para os municípios de Viana do Alentejo, de uma só vez, é errado. Não é aceitável!

A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo propõe (em caso de aprovação):

1 – Um Voto de protesto ao aumento brutal de 16,5% do Tarifário dos Serviços de Abastecimento da Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Viana do Alentejo.;

2 – Que o assunto do Tarifário dos Serviços de Abastecimento da Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Viana do Alentejo venha a ser revisto em reunião de Câmara a realizar no mês de janeiro de 2024;

3 – Proponha alteração as suas propostas no âmbito do Plano de Ação da CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central), com o objetivo de garantir o financiamento através do ALENTEJO 2030 (Programa Regional do Alentejo 2021-2027), para os projetos de regeneração urbana existentes, em vez dos projetos do CUA – Ciclo Urbano da Água.

Os eleitos pelo VIVA:

Cecília Lopes

Célia Sabino

Ricardo Soldado

João Fialho

Frederico Carvalho

Alcáçovas, 29 de Dezembro de 2023”



Nota: Caso esta Moção seja aprovada propõe-se o seu envio para a Agência LUSA e órgãos da Comunicação Social da Região Alentejo, e respetiva publicação no sítio e Facebook do Município de Viana do Alentejo.”

O membro Fernando Janeiro usou da palavra e disse “não ter olhado para aquele ponto, mas que sabia que o mesmo tinha sido submetido a aprovação em reunião de Câmara”. -----
Referiu-se aos 16,5% como um valor elevado, contudo, acreditava que não havia um desperdício tão grande nas águas que corriam nas fontes, pois estas seguiam algumas condutas que tinham sido feitas na altura da regeneração urbana e iam alimentando os tanques e a Quinta da Joana. -----

O membro Fernando Janeiro referiu que os dois primeiros escalões não iriam sofrer aumento, o que significava que este não seria para toda a gente, seria para aqueles que gastavam bastante água. Neste sentido, alertou para o facto de ser necessário a redução do consumo de água ao longo do tempo, por isso, não discordava totalmente deste aumento, embora pudesse ter sido menos elevado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia voltou a intervir e disse que queria deixar “duas notas”, sendo uma delas referente à questão abordada pelo membro Fernando Janeiro. -----

Assim, concordou com o facto de se aproveitar alguma água, sobretudo no que dizia respeito às fontes, já que estas corriam durante um largo período do ano, mas que não conseguia quantificar. Não sabia se a força política VIVA conseguiria fazê-lo no documento apresentado, de forma a concluir-se que se aquela água fosse aproveitada, não seria necessário fazer aquele aumento. -----

Disse, ainda, o Senhor Presidente da Assembleia que se se comparassem os tarifários que são aplicados ao Concelho de Viana com outros Concelhos limítrofes, que não fazem parte daquele sistema, facilmente seria concluído que, mesmo com aquele aumento, não seria nada “disparatado”. Prosseguindo, disse que o “grande peso” do tarifário no Concelho de Viana, ou seja, a maioria dos consumidores colocava-se nos primeiros escalões, por isso, os preços também seriam mais baixos- concluiu. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio, começando por cumprimentar todos os presentes e disse que este aumento de 16,5% não seria significativo para os escalões mais baixos e que isto se traduziria num aumento entre 1€ e 2,44€. -----

Salientou, também, que o Concelho de Viana era um dos que apresentava menos perdas de água, cerca de 30% a 35% e que qualquer outro Concelho vizinho se situava nos 50%. De qualquer forma, disse que concordava que fosse aproveitada mais alguma água, principalmente a que ia para o tanque do Rossio. Havia, ainda, outra conduta que ia para a Quinta da Joana, tal como tinha sido referido pelo membro Fernando Janeiro. Com algum investimento, poderia alimentar os Bombeiros e também o estaleiro da Câmara e, talvez, a escola-disse. -----

Relativamente ao aumento do preço da água, disse que “não fazia aumentos de ânimo leve”, mas, neste caso específico, tendo em conta que haveria um aviso para o Ciclo Urbano da Água e que a Câmara de Viana poderia receber 1 milhão e 700 mil euros, se não se tivesse verificado este aumento, ficaria impedida de se candidatar, pois a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos excluía desses apoios os Municípios que não atingissem os 90% - explicou. -----



Neste contexto, o Senhor Presidente da Câmara considerou que foi a melhor opção para o Concelho de Viana-disse. -----

Procedeu-se de seguida à votação da Moção de Protesto contra o aumento brutal de 16,5% do tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos pelo Município de Viana do Alentejo. -----

A proposta de Moção foi rejeitada, com 7 votos contra, por parte da bancada dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Joaquim António Vilalva Teixeira, José Jacinto Bento Grave, António Manuel Dimas Grosso, Paula Alexandra Mendes Maurício e Rosinda de Fátima Bandarra Gaio), 6 abstenções dos eleitos do PS (Nuno José Caeiro Grave, José Fernando Nazaré Pereira, Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, Manuel Jorge de Matos Rafael, Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas e Tânia Alexandra Candeias Milhano) e 5 votos favoráveis dos eleitos do VIVA (Cecília Isabel Pinto Lopes, Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino, Ricardo Filipe Malagão Soldado, João de Deus Carapeto Fialho e Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho). -----

Pediu a palavra o membro Manuel Rafael, que em representação da bancada do PS, apresentou um Voto de Congratulação referente ao Cante Alentejano, Património Cultural Imaterial da Humanidade,

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Cante Alentejano Património Cultural Imaterial da Humanidade

No passado dia 27 de novembro de 2023, o Cante Alentejano assinalou 9 anos de classificação como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Uma justa homenagem aos homens, mulheres e crianças que orgulhosamente continuam a perpetuar de geração em geração, a Alma Alentejana.

No Cante Alentejano, o repertório é constituído por melodias e poesia oral, conhecida pelas “modas” e é executado sem instrumentos musicais. Os elementos dos grupos de Cante dividem-se em vários papéis, destacando-se o “ponto” que dá início à moda e o “alto”, que duplica a melodia. Existe um vasto repertório de poesia tradicional, bem como versos contemporâneos. As letras exploram tanto os temas tradicionais, como a vida rural, a natureza, o amor ou até mesmo a religião, bem como as mudanças no contexto cultural e social. O Cante Alentejano constitui um aspeto fundamental da vida social das comunidades alentejanas, entremeando reuniões sociais em espaços públicos e privados. A transmissão entre os membros mais velhos para os mais novos, ocorre principalmente nos ensaios, existindo entre os participantes um forte sentido de identidade e de pertença, elementos estes que reforçam e garantem o diálogo entre gerações e indivíduos de várias origens contribuindo para a coesão social.

Nunca é demais relembrar a dedicação e empenho do Grupo Coral de Aguiar, do Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo, do Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo, do Grupo Coral “Velha Guarda” de Viana do Alentejo, do Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, do Grupo Coral Cantares de Alcáçovas, do Grupo Coral Feminino e Etnográfico “Paz e Unidade” de Alcáçovas, do Grupo Coral “Tertúlia dos Amigos do Cante” de Alcáçovas e do Grupo Coral Juvenil dos Trabalhadores de Alcáçovas, estes dois últimos, as novas gerações do cante, que promovem e valorizam esta arte e expressão cultural com a qual todos nós nos identificamos.



A Bancada do Partido Socialista apresenta um voto de congratulação a todos os grupos Corais do Concelho de Viana do Alentejo, pelo 9.º aniversário da Classificação do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO.

Este voto, se for aprovado, deverá ser enviado para:

- Presidência da República;
- Ministério da Cultura;
- Bancadas dos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República;
- Comissão de Desenvolvimento Regional do Alentejo – DRC Alentejo;
- Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo;
- Grupo Coral de Aguiar;
- Grupo Coral Feminino e Etnográfico “Paz e Unidade” de Alcáçovas;
- Grupo Coral Feminino “Cantares de Alcáçovas”;
- Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas;
- Grupo Coral Juvenil dos Trabalhadores de Alcáçovas;
- Grupo Coral “Tertúlia dos Amigos do Cante”;
- Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo
- Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo;
- Grupo Coral “Velha Guarda” de Viana do Alentejo;
- Casa do Cante de Serpa;
- Câmara Municipal de Serpa;
- Meios de comunicação social e outras entidades consideradas de interesse.

Alcáçovas, 29 de dezembro de 2023”

Finda a leitura do documento, interveio o membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas que saudou todos os presentes e desejou um excelente Ano de 2024. No uso da palavra, disse que, em nome da bancada do VIVA se associava ao Voto de Congratulação apresentado pelo PS, realçando que o mesmo reconhecia a importância e dinâmica do Concelho de Viana do Alentejo, considerando que dos Concelhos do Alentejo Central era aquele que tinha maior atividade associativa ligada ao cante alentejano. ----- Referindo-se à sua freguesia, Alcáçovas, disse que esta tinha um bom desempenho e “uma raiz muito viva” e recordou o Concerto de Natal, recentemente realizado naquela freguesia, onde o cante alentejano esteve presente. -----

A terminar a sua intervenção, o membro Frederico Carvalho “saudou” a bancada do PS pelo Voto proposto e deixou o desafio a todos, ouvintes e outros que tivessem outras responsabilidades, a valorizar a importância desta iniciativa, mantendo-a viva ao longo dos anos. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio e esclareceu a dúvida do membro Manuel Rafael quanto à atividade do Grupo Coral Juvenil dos Trabalhadores de Alcáçovas e do Grupo Coral “Tertúlia dos Amigos do Cante”, afirmando que estes dois grupos não estavam ativos, no momento. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o documento a votação, sendo aprovado por unanimidade.



O membro Fernando Janeiro interveio e, em representação da bancada do PS, apresentou um Voto de Congratulação sobre a Arte Chocalheira, Património Cultural Imaterial com Necessidade de Salvaguarda Urgente. -----

Antes de iniciar a leitura do documento, este membro partilhou uma curiosidade, relativamente aos passaportes portugueses, que descobriu terem chocalhos impressos em uma das páginas.

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Arte Chocalheira

Património Cultural Imaterial com Necessidade de Salvaguarda Urgente

A Candidatura da Arte Chocalheira surgiu após várias conversações entre o antropólogo Paulo Lima e os Executivos da Câmara Municipal de Viana do Alentejo e da Junta Freguesia de Alcáçovas. Nessas reuniões alertava-se para o grande perigo de extinção desta arte, uma vez que os artesãos estavam a ficar com uma idade avançada e não teria existido uma atempada renovação geracional. Esta arte há vários séculos que apresenta o seu epicentro no Alentejo, embora esteja espalhada por outros locais do País e Região Autónoma dos Açores, mas o grande centro produtor de chocalhos é sem dúvida a Vila de Alcáçovas, conhecida como a «Terra dos Chocalhos». A Candidatura da Arte Chocalheira a Património Cultural Imaterial com Necessidade de Salvaguarda Urgente, liderada pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, teve como parceiros a Câmara Municipal de Viana do Alentejo e a Junta de Freguesia de Alcáçovas. Foi então que a 1 de dezembro de 2015 e em apenas cinco minutos, considerada como uma candidatura exemplar, durante a 10.^a Reunião do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da Unesco, a decorrer em Windhoek, capital da Namíbia e para regozijo da Delegação Portuguesa presente, que a Arte Chocalheira seria declarada como Património Cultural Imaterial com Necessidade de Salvaguarda Urgente. A comitiva portuguesa celebrou a distinção fazendo ecoar pela sala, vários chocalhos de Alcáçovas. Os mestres chocalheiros viam assim reconhecido um trabalho de gerações, bem como o seu esforço em manter até aos nossos dias uma arte secular, a qual permite criar nos nossos campos uma paisagem sonora muito característica.

A Bancada do Partido Socialista não pode deixar de relembrar a passagem do oitavo aniversário de tão grande acontecimento para o nosso Concelho e para as suas gentes, sem deixar este voto de congratulação.

Em caso de aprovação, este voto deve ser enviado para:

- Presidência da República;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Ministério da Cultura;
- Bancadas dos Partidos Políticos com Assento na Assembleia da República;
- Comissão de Desenvolvimento Regional do Alentejo – DRC Alentejo;
- Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo;
- A todos os Chocalheiros de Alcáçovas;
- Meios de Comunicação Social (Facebook do Município, Diário do Sul e outros considerados de interesse).

Alcáçovas, 29 de dezembro de 2023”



O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas, Frederico Carvalho, que expressou o seu regozijo em relação ao Voto de Congratulação anteriormente apresentado pelo Partido Socialista através do membro Fernando Janeiro. ----- O membro Frederico Carvalho referiu-se aos dois Votos de Congratulação como dois “elementos identitários e indelévels da cultura do Concelho de Viana do Alentejo”, sendo necessário que se tomem medidas e se façam propostas que visem a sua valorização. Sabendo que havia um Plano de Salvaguarda que estava sob a égide do Município, tendo como parceiros a Junta de Freguesia de Alcáçovas e a Entidade Regional de Turismo, acreditava que, em breve haveria soluções para que a Arte Chocalheira pudesse, definitivamente, sair “do risco” de classificação em que se encontrava-disse. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia que disse estar “cem por cento de acordo”, apenas tinha uma dúvida em relação às entidades para onde devia ser enviado o documento, pois a Direção Regional de Cultura, em termos orgânicos, não tinha a certeza se atualmente ainda existia, mas admitia que já tivesse sido extinta e integrada na CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, pelo que deixava aquela observação no sentido de se alterar a designação. -----

De seguida, o Senhor Presidente colocou o documento a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

Verificou-se, em seguida, a intervenção do membro António Grosso, que saudou todos os presentes e desejou votos de um Bom Ano. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara perguntou qual o ponto de situação dos Polos dos Centros de Saúde do Concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que os dois Polos de Saúde tinham os contratos assinados e projetos feitos e que no início do próximo ano, seria lançada a empreitada. -----

Relativamente a este assunto, disse que atualmente, as empreitadas estavam mais difíceis porque os concursos ficavam desertos, por isso não podia garantir que a obra se iniciasse tão rapidamente, mas que estavam em condições de serem lançados os dois concursos. -----

O Senhor Presidente informou ainda que tinha aberto uma candidatura na área da saúde, com vista à hipótese de se terminar o Centro de Saúde de Viana. Disse que “com grande esforço e colaboração” dos técnicos do Município, tinha sido possível submeter a referida candidatura, cujo prazo era até 27 do mês em curso. -----

Neste contexto, disse que tinha esperança que fosse possível concluir aquela parte do Centro de Saúde de Viana, que iria trazer muitas valências, tais como uma sala de raio x, um ginásio para tratamentos de fisioterapia, uma sala com cadeira de dentista e retomar a realização de análises clínicas, para além de outros gabinetes. -----

O Senhor Presidente da Câmara considerou que esta era “uma boa notícia” para o Concelho de Viana, pois, evitaria que as pessoas tivessem de se deslocar a Évora para estes tratamentos. O membro Manuel Rafael interveio e referiu-se ao mês de dezembro, como aquele mês que todos aguardavam com grande expectativa, quer pelo ambiente festivo que se cria em redor do período natalício, quer como forma de aliviar a tensão acumulada ao longo dos onze meses do ano. Era tempo de sentir conforto, confiança e esperança no futuro. -----



Neste contexto, e como era habitual, disse que era legítimo que o Município contribuísse, significativamente, para a construção e envolvência festiva da quadra que se vive. ----- Prosseguindo, disse que “se esperava muito mais que a colocação tardia, para não variar, de uns escassos elementos decorativos numa ou noutra rua ou colocação de fitas luminosas em meia dúzia de árvores ou fonte”. Referiu-se ao tempo em que as ruas eram equipadas com colunas de som, proporcionando um ambiente adequado à quadra, através da reprodução de músicas de Natal. Não sendo fundamental, era uma forma de lembrar que era Natal- disse --- Para além disto, salientou que esta era a época para se apoiar a produção e o comércio local e que não era surpresa que chegassem notícias das campanhas realizadas por outras autarquias, para apoiar o “debilitado” tecido empresarial local. ----- Disse que “surpresa ou talvez não, era o Município nada fazer naquele capítulo”. ----- Ainda na sua intervenção, este membro disse que a esta quadra festiva era reconhecida unanimemente pela sua importância para toda a comunidade e “não para este ou aquele grupo”, por esse motivo, esperava-se um maior investimento, alguma imaginação e criatividade e que não se cumprissem, apenas, os serviços mínimos. Recorrendo a uma comparação, disse que se tratava uma vez mais da “pintura da fachada”, mesmo que tudo o resto estivesse a ruir. ----- Reportando-se à comunicação/informação, disse que o “cenário não melhorava” e exemplificou com a questão das reuniões da Câmara Municipal, pois quem as pretendesse consultar, deparava-se com um enorme vazio que se estendia desde 2021 até ao presente. A mensagem que aparecia dizia “Este conteúdo está bloqueado, consulte o proprietário do site para corrigir o problema”, ou, “Por motivos de ordem técnica, não é possível disponibilizar a gravação da reunião da Câmara do dia...” ----- No que diz respeito às iniciativas desenvolvidas pelo Município, disse que com frequência eram divulgadas tardiamente e apenas no Facebook, presumindo-se, erradamente, que todas as pessoas teriam acesso à Internet. Continuava a não existir uma verdadeira programação cultural, para além daquela que já era habitual na vigência do anterior executivo e sucediam-se as iniciativas pontuais sem qualquer critério de qualidade que não fosse a oportunidade que surgia ou “caía do céu”. Planificação e visão eram apenas miragem! Em resumo, pior do que aquilo, só mesmo nada! - disse. ----- Continuando a sua intervenção, o membro Manuel Rafael fez alusão ao Boletim Municipal e referiu que na opinião dos eleitos do PS “não devia ser apenas um repositório de acontecimentos passados num desfile interminável de registos de atividades, na sua maioria recorrentes, mas também e sobretudo se houvesse uma planificação séria e uma programação atempada das atividades, um veículo privilegiado de divulgação e promoção do Concelho”. Assim, disse que não surpreendia que a 15 dias da comemoração do feriado municipal, a mesma não merecesse mais do que uma chamada de atenção em nota de rodapé, o que era representativo da importância que lhe era dedicada. ----- Em relação ao programa do referido evento, disse que “permanecia nas calendas gregas”. --- Presumindo que não sairia mais nenhum número até abril e mesmo que saísse, na edição que estava a ser distribuída, apenas se encontrava uma curtíssima informação sobre a Romaria a Cavalo, insuficiente para a divulgação e promoção, de forma destacada, como a iniciativa



realmente merecia. Estranhava também não haver “uma única palavra aos 50 anos de Abril, mesmo sabendo que entre o que se apregoava e o que se praticava, ia uma distância interminável” – afirmou. -----

Disse, ainda, que era inexplicável que não houvesse uma única referência no Boletim Municipal à Jovem Carlota Lobo, que estava a representar Portugal no concurso internacional “Miss Earth 2023”, acontecimento que devia ser motivo de honra e orgulho. -----

O membro Manuel Rafael referiu que, quando o Senhor Presidente da Câmara informou que era sua intenção que o Boletim Municipal fosse publicado bimestralmente, “tinha ficado claro que esse desejo não era concretizável”, o que se confirmou, pois, foram apenas publicados quatro números em 2023. -----

Fazendo uma retrospectiva do historial do Boletim Municipal, o mesmo era produzido internamente “com a prata da casa”, ao longo de muitos anos, com qualidade, unanimemente reconhecida e sem acréscimo de custos para o Município. Mesmo entendendo que era legítima a opção pela “lavagem de cara” do Boletim Municipal, ficava cada vez mais claro que outros interesses se levantaram e que, por isso não surpreendia o recrutamento do sobrinho avençado, mesmo que o Município saísse penalizado com essa contratação, que parecia não ser mais do que o prémio pela dedicação, na passada campanha eleitoral – afirmou. -----

Ainda neste contexto, referiu que, depois, “vinham as queixas de que os funcionários não eram suficientes”, mesmo que isso significasse mais despesa. Na verdade, sucediam-se os casos de funcionários que eram contratados para uma determinada função e que, por conveniência dos mesmos, eram colocados noutras funções, mesmo que isso contrariasse os interesses do Município. “Era a política do pequeno favor para conseguir simpatia e garantir apoio futuro”. Assim, “não havia Mapa de pessoal que resistisse neste desejo insaciável de colocar gente, exclusivamente da simpatia política” –disse. “Pouco iria sobrar para além das verbas a distribuir pelos funcionários ao longo do ano, das despesas correntes e de manutenção.” ----

Disse, ainda, que restava “talvez rezar para que abrissem concursos com financiamento favorável”. “O futuro afigurava-se bem negro e não deixava escapar sequer uma tênue luz ao fundo do túnel, infelizmente” -----

A terminar a sua intervenção, o membro Manuel Rafael questionou se existia um prazo realista para a conclusão da obra da EBSIS e relativamente à envolvente do Santuário de Nossa Senhora D’Aires, para quando a resolução daquela situação, pois permanecia num estado de obras “sem fim à vista”, quer fosse pela colocação de várias toneladas de terra na zona envolvente, quer fosse pelo estado dos acessos ao Santuário com incontáveis interrupções nos delimitadores de margens, que em alguns casos eram da responsabilidade do Município, que os retirava para facilitar o acesso, por ocasião dos seus eventos, mas não os voltava a repor. Por este motivo, os visitantes invadiam constantemente o espaço destinado aos peões, levando os seus carros até bem próximo do Santuário. -----

Para além disto, verificava-se a falta de pintura dos cerca de trinta muretes, bancos, entre outros, distribuídos pelos arruamentos e restante espaço envolvente, que se mantinham com uma camada de cimento desde a sua construção. O parque de merendas apresentava um “aspeto desolador e nada convidativo”, parecendo estar “votado ao esquecimento e em condições muito pouco dignas”. -----



O membro Manuel Rafael terminou a sua intervenção, desejando a todos os presentes na sessão, Boas Festas e um Bom Ano Novo, repleto de sucessos. -----
Seguidamente, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que se pronunciou sobre as questões abordadas pelo membro Manuel Rafael. -----
Disse que a grande parte dos assuntos expostos “era a opinião” daquele membro, e que a respeitava. -----
Em relação à colocação tardia dos elementos de Natal, o Senhor Presidente disse que não sabia se o membro Manuel Rafael se tinha referido ao ano passado ou ao ano em curso porque em 2023 estava a proceder-se, exatamente, como tinha sido ao longo de doze anos, ou seja, na primeira semana de dezembro. Disse que se costumava coincidir com a abertura da Mostra de Doçaria, por volta do dia 8 de dezembro, mas que no ano em curso tinha sido um pouco mais cedo. No ano anterior, tinha havido, de facto, um atraso-afirmou. -----
No que diz respeito às colunas, disse que tinham existido no ano anterior, mas que tinham surgido várias reclamações por parte dos moradores das ruas, onde, habitualmente, eram colocadas. O executivo “estava ali para servir a população e não para ir contra ela”, por isso, tinha optado por não colocar esse elemento, de que gostava muito – afirmou. -----
Referindo-se ao facto de haver “pouca iluminação”, disse que esta era bastante cara e que se tivesse decidido colocar mais iluminação, seria “acusado” de estar a gastar demasiada energia. À exceção de Aguiar, as outras duas freguesias do Concelho tinham dimensões maiores, o que se tornaria muito dispendioso. -----
Relativamente ao Boletim Municipal, afirmou que não se iria pronunciar, uma vez que já era conhecida a opinião do membro Manuel Rafael. -----
Prosseguindo, referiu-se à EBSIS e disse que, tendo em conta que começou um mês mais tarde, contaria o mês de janeiro e mais ou menos três meses de atraso na obra. Assim, previa-se que dentro de quatro ou cinco meses a obra esteja concluída. -----
A envolvente da Senhora D’Aires era “eterna obra de que o PS continuava a falar” -disse. ---
O Senhor Presidente da Câmara referiu que aquela obra era da responsabilidade do executivo do PS e que este executivo se tinha limitado a acabar nos “moldes em que tinha sido projetada”. -----
Disse que já tinha sido pedido pelo Senhor Vereador e pelas Senhoras Vereadoras, a presença do Arquiteto Carlos Marques numa reunião de Câmara, de forma a explicar aquele projeto, pelo que, em breve, isso seria concretizado. -----
Quanto às pinturas, alegou que os responsáveis pelo projeto “não queriam pinceladas de branco” e queriam que tivesse sido colada terra vegetal, em vez daquela que lá existe, o que teria sido “uma profunda asneira”. Disse também que tinham tido muita dificuldade em encher os “tanques” porque estavam a tentar arranjar terra que se colocasse e permanecesse. -----
De resto, “não havia mais nada para acabar” –afirmou. -----
Referiu-se aos lancis que estavam partidos e que ainda não tinham sido reparados depois da Feira D’Aires e que os “cubos” mencionados pelo membro Manuel Rafael, não faziam parte do projeto. -----
Em relação ao parque de merendas, disse que era provável que nesta altura do ano, todos os espaços verdes não estivessem tão bem arrançados, como seria suposto e do agrado de todos,



mas essa situação prendia-se também com a falta de pessoal, tal como o membro Manuel Rafael tinha mencionado, ainda que em “tom irónico”. -----
Quanto ao aspeto “de meter pessoas”, como referiu o membro Manuel Rafael, o Senhor Presidente respondeu que as pessoas que tinham entrado, tinham sido da Bolsa de Recrutamento, ainda do tempo do anterior executivo. Logo, “esta escolha, não tinha sido sua-” afirmou. -----

Interveio, a seguir, o membro Fernando Janeiro que disse ter algumas questões para colocar, sendo que a primeira estava relacionada com o assunto abordado pelo membro António Grosso e perguntou se o financiamento para a obra do Centro de Saúde era do PRR-Plano de Recuperação e Resiliência, o que significava que era a 100%. Neste âmbito questionou sobre as casas pré-fabricadas de Aguiar, cujas verbas estavam disponíveis, “o tempo estava a passar e o processo aprecia não avançar”, por esse motivo questionava o ponto de situação do mesmo. Em relação à EBSIS, lembrou que a meio do ano havia cerca de 20% de execução, facto que não deixava preocupado o Senhor Presidente, que acreditava que a obra estaria terminada até 31 de dezembro de 2023. Neste momento, a obra estaria com aproximadamente 50% e sabia que tinha havido um prolongamento do prazo, mas gostaria de saber se existia uma previsão para a conclusão da obra. -----

Continuando a sua intervenção, o membro Fernando Janeiro referiu-se aos postos de carregamento dos veículos elétricos e perguntou se tinha sido equacionada a hipótese de serem colocados no parque de estacionamento do Cineteatro, o que em sua opinião “faria mais sentido”, embora não tivesse pensado muito sobre o assunto-afirmou. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu às questões colocadas pelo membro Fernando Janeiro. -----

O Senhor Presidente da Câmara confirmou que o financiamento do PRR era a 100%, mas que não incluía o IVA. -----

Em relação às casas pré-fabricadas de Aguiar, respondeu que a candidatura seria submetida até março. Poderia ter sido mais cedo, estavam um pouco atrasados, mas ainda dentro do prazo-disse. -----

Quanto à obra da EBSIS referiu que não tinha mencionado as razões que determinaram o enorme atraso da obra, mas aproveita o momento para dizer que se “estivessem a cumprir o projeto na íntegra, o projeto deixado pelo anterior executivo, a obra já estaria pronta”, contudo não teria metade das coisas que lhe faziam falta. Seria inaugurada uma escola, avaliada em milhares de euros, com canalizações antigas, chão de cortice levantado, janelas com vidros partidos que não estavam calculados- disse. -----

“Os trabalhos que não estavam calculados rondavam os 700/800 mil euros e para se requalificar uma escola e não se calcularem estes trabalhos, seria uma vergonha no dia da inauguração”. -----

O Senhor Presidente disse que tinham tido a possibilidade de ultrapassar as datas que estavam previstas e que o empreiteiro sempre lhe transmitiu que “as coisas estavam controladas e dentro do tempo”, pelo que não seria ele que diria o contrário. Todas estas alterações levaram a que a obra se prolongasse e que já era uma previsão da própria instituição que financiou porque não era só a escola de Viana que iria ultrapassar a data de 31 de dezembro. Por essa



razão, houve uma benesse para todas as escolas que passassem de um milhão de euros e que estivessem na lista de prioridades, como era o caso da EBSIS. -----

Relativamente ao posto de carregamento de veículos elétricos, disse que tinham tentado dividir estes postos, de acordo com algumas regras, sendo uma delas a proximidade do centro da vila. Aquele a que se referia o membro Fernando Janeiro, tinha sido previsto colocar junto ao jardim, em frente à Biblioteca, contudo, pelo facto de não haver nenhum armário elétrico próximo e se tornar muito caro levar o cabo até acima, optaram em colocá-lo um pouco mais abaixo. No estacionamento do Cineteatro, não tinha a certeza se havia algum armário. O outro posto, tanto em Alcáçovas como em Viana, programou-se a sua colocação perto das Piscinas Municipais, Escolas e o mais próximo possível da restauração. Em Aguiar situar-se-á do lado contrário às bombas de gasolina. No fundo, “tentou-se olhar para as verbas a gastar e as localizações” –disse. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia que se referiu à questão da Estratégia Local de Habitação do Concelho de Viana do Alentejo. disse que este assunto não incluía só as casas pré-fabricadas de Aguiar, apesar de ser o grande enfoque desta matéria. Já se tinha falado sobre isso várias vezes e era, de facto, o que mais preocupava, tendo em conta que era o processo maior. -----

Quanto ao PRR, o Senhor Presidente da Assembleia, referiu que felizmente que existiu este programa, o qual permitiu criar condições, como nunca existiram, para se fazer um investimento relevante na área da habitação. Não resolveria tudo, até porque, de acordo com as palavras do Senhor Primeiro Ministro, tudo teria de estar pronto até 31 de dezembro de 2026. -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia que acreditava que a grande maioria dos Concelhos deste país, independentemente das cores políticas, estava com este processo atrasado porque era” um processo muito pesado”. Estava-se a tentar aproveitar aquela grande quantidade de dinheiro que estava disponível e que, provavelmente, nunca mais estaria. A questão estava na capacidade operacional, técnica, projetista e de execução de obra, para gastar aquele dinheiro-afirmou. -----

Salientou a preocupação com o processo de Aguiar, e sublinhou que aquele problema da Habitação e das Estratégias Locais de Habitação era um processo “muito maior do que nós”. Ainda na sua intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia evidenciou a importância dos outros processos que faziam parte da Estratégia Local de Habitação, a qual tinha sido aprovada pela Assembleia Municipal, numa data anterior.

Seguiu-se a intervenção do membro Cecília Lopes que alertou para a correção data limite para a conclusão do processo da obra das casas pré-fabricadas de Aguiar. Disse este membro que “não era 31 de dezembro de 2026, mas junho de 2026, com chave na mão”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu o reparo e disse que tinha citado o Senhor Primeiro Ministro, cuja entrevista assistiu e garantiu que a iria rever para confirmar a data referida. -----

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia e havendo público presente na sala, o Senhor Presidente perguntou se alguém queria colocar alguma questão. -----

Verificou-se a intervenção do senhor João Lima, munícipe da freguesia de Alcáçovas, que



questionou qual o ponto de situação da Zona Industrial de Alcáçovas, pois há vários anos que “pedia um lote de terreno e continuava tudo igual e já tinham passado sete anos”. -----
O Senhor Presidente respondeu que só podia responder pelos últimos dois anos, não podia responder pelos outros cinco. -----
Informou que tinha sido publicado em Diário da República a alteração ao PDM – Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo, o que iria permitir alargar a Zona Industrial. Antes, não se pôde fazer, pelo facto de existirem algumas questões que estavam ilegais. -----
O Senhor Presidente da Câmara disse que nesta zona que iria ser ampliada, seriam criados mais três lotes. Esta possibilidade deveu-se à alteração do PDM, que criou condições para reduzir o número de estacionamento que são obrigatórios por cada lote. O número de estacionamento que antes existia era insuficiente para o número de lotes, o que se tornava numa situação ilícita. -----
Disse o Senhor Presidente que “já estavam a trabalhar nesse alargamento e na projeção desses três lotes e que, brevemente, seriam colocados à venda. Contudo, não poderia comprometer-se com uma data- acrescentou. -----
O município voltou a intervir e afirmou que “os anteriores autarcas tinham dito que em março de 2019 estariam pronto e já tinham passado cinco anos”. -----
O Senhor Presidente reafirmou que só poderia responder pelos dois anos em que estava em funções e pelo trabalho que tinham feito. -----
O município disse que esperava que “não se esquecessem das pessoas que andaram a insistir...” -----
O Senhor Presidente da Câmara respondeu que teriam de ser realizados concursos públicos, de acordo com o Regulamento respetivo. Ficaria muito satisfeito se “os lotes dessem para todos, mas poderiam concorrer muito mais pessoas do que aquelas que precisavam”, pelo o que não poderia assegurar que seria atribuído ao município presente.

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão- A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da câmara- Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente perguntou se havia questões a colocar. -----

Interveio o membro Nuno Grave, que cumprimentou todos os presentes e referiu que no primeiro parágrafo do documento deveria ser corrigida a data, pois a informação está a ser apreciada no dia 29 de dezembro e não no dia 22, conforme mencionado. Na página 5, no penúltimo parágrafo, onde se faz referência a uma reunião sobre o Plano de Salvaguarda da Arte Chocalheira, o membro Nuno Grave perguntou se o Senhor Presidente da Câmara podia informar qual o ponto de situação deste assunto.

Em resposta à intervenção do membro Nuno Grave, o Senhor Presidente disse que a data inicialmente prevista para a realização da sessão da Assembleia Municipal era 22 de dezembro, posteriormente, alterou-se e não se corrigiu essa parte, já adiantada no documento.



Com respeito à segunda observação, confirmou que tinha sido realizada a reunião em causa, na qual se abordou a questão do relatório que tinha de ser enviado à UNESCO e que a Entidade Regional de Turismo estava a apoiar este processo e o Dr. Paulo Lima era a pessoa responsável por fazer o ponto de situação sobre a Arte Chocalheira. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a “Arte Chocalheira era mais do que a freguesia de Alcáçovas” e que o Dr. Paulo Lima tinha “simplificado algumas questões”, nomeadamente, a Arte Chocalheira poder sair da fase de risco, facto com o qual não concordava-disse ----- Estavam a criar-se algumas alternativas e o Município tinha uma proposta para uma iniciativa em Alcáçovas, direcionada para a Arte Chocalheira, na qual seriam realizados colóquios, exposições e demonstrações com chocalheiros de outras zonas. O objetivo seria debater “problema da Arte Chocalheira”. -----

O Senhor Presidente fez alusão a uma notícia desagradável, relacionada com a “crise” que os Chocalhos Pardalinho estavam a atravessar, motivada por alguns fatores, como a redução do poder de compra. Neste sentido, a Fábrica dos Chocalhos Pardalinho estava a tentar outras alternativas, mais viradas para o turismo, usando o chocalho como forma decorativa. -----

A situação também tinha sido apresentada à Entidade Regional de Turismo, que a “recebeu muito bem” e se disponibilizou para apoiar no que fosse necessário- afirmou. -----

Em relação à Câmara Municipal, o Senhor Presidente referiu que não era só com a compra dos chocalhos que se iria resolver o problema, por isso, iria também apoiar iniciativas para divulgação desta arte. A par disto, os próprios empresários teriam, também de enviar propostas, para que a Câmara pudesse ajudar a criar situações que facilitassem as vendas. --- Havia um esforço da parte da empresa que mantinha contacto com empresas maiores, de forma a aumentar as vendas – disse. -----

O Senhor Presidente mencionou ainda o caso do novo chocalheiro de Alcáçovas, que também estava com dificuldades, apesar da qualidade do seu trabalho. Porém, tinha tido alguns problemas com o local que escolheu. Disse que a Câmara poderia intervir, de forma a disponibilizar um espaço para que novo chocalheiro pudesse vir a estabelecer-se. -----

Apostar na formação também seria um meio para a continuidade desta arte e o Chocalhos Pardalinho já tinham mostrado a sua disponibilidade para este fim. -----

Ponto três) Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP –O

Nos termos da proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, a Assembleia deliberou, por unanimidade, fixar em 2,5% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, nos termos do disposto na alínea b) do nº 3 do artigo 169º da Lei nº16/2022, de 16 de agosto, objeto da Retificação nº 25/2022, de 12 de outubro, que aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas-----

Colocado a votação, o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto quatro) Proposta de fixação das Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)

No que diz respeito a este assunto, o Senhor Presidente da Câmara referiu que tinha havido um agravamento aos imóveis degradados e que os proprietários tinham sido notificados, no sentido de terem algum cuidado na conservação das suas casa, sob pena de se sujeitarem ao agravamento das taxas.-----

Disse que tinha havido respostas por parte dos proprietários, que se preocuparam com a



situação e colaboraram nesta situação.-----

Usou da palavra o membro Fernando Janeiro que disse que aquela proposta seguia os princípios que se tinham aplicado no passado, por isso, a bancada do PS votaria favoravelmente. No entanto, havia uma observação a fazer quanto à majoração dos 30% aplicável aos prédios urbanos degradados. -----

De acordo com a proposta, aquela majoração penalizava os munícipes que não tinham efetuado as obras de conservação e reparação necessárias à correção das más condições de segurança. -----

Assim, o membro Fernando Janeiro referiu que aquela era a estratégia do atual executivo para a resolução dos prédios urbanos degradados, enquanto o executivo anterior tinha optado pela Regeneração Urbana, com a recuperação dos Centros Históricos-disse. -----

A questão que se colocava era se se pretendia continuar a Regeneração Urbana, pois sabia que a opção do executivo para a Regeneração Urbana, no Programa Portugal 2030, era a construção de um Centro Interpretativo de Olaria, em detrimento da continuação da Regeneração dos Centros Históricos, que já tinham mostrado ser um catalisador para a recuperação dos prédios urbanos. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que tinham mantido os valores mínimos, tal como tinha acontecido com o anterior executivo. A par disso, notificaram e fizeram pressão para que os proprietários de prédios degradados resolvessem este problema. Disse o Senhor Presidente da Câmara que “não se lembrava se alguma vez se tinha procedido desta forma.” - Referindo-se à Regeneração Urbana, disse que não “sabia onde é que o membro Fernando Janeiro enquadrava este assunto” porque ainda não tinha visto, no Concelho, nenhuma casa que tivesse sido reabilitada através deste processo. Tinha visto várias reparações, tais como ruas, condutas, entre outros, mas os prédios tinham “continuado exatamente como estavam”. Nos últimos anos, os prédios foram-se degradando e não tinha havido uma política da Câmara que tivesse impedido que isso acontecesse –disse. -----

Em resposta aos esclarecimentos do Senhor Presidente, o membro Fernando Janeiro interveio e disse que bastava que se passasse pelas ruas de Alcáçovas para se constatar a oferta hoteleira que havia, as pessoas que vinham à freguesia e tudo o que foi desenvolvido graças à recuperação dos Centros Históricos. -----

O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir e perguntou ao membro Fernando Janeiro se conhecia o Centro Histórico de Alcáçovas porque ele conhecia e” sabia as casas degradadas que lá estavam”. Havia algumas que tinham sido reparadas, mas por decisão dos seus proprietários, e não pela da Regeneração Urbana. -----

Relativamente à oferta turística disse “que não tinha associado à Regeneração Urbana”, era a opinião que tinha acerca do assunto. -----

O Senhor Presidente disse que a Regeneração Urbana continuava a ser uma prioridade, a partir do momento em que houvesse avisos e financiamentos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a seguinte proposta: -----

- 1) Manutenção da taxa anteriormente aplicada aos prédios urbanos em 0,3% -----



- 2) Fixação das deduções máximas prevista no nº 1 do artigo 112º -A do Código do IMI, em função dos dependentes a cargo: -----
- 1 dependente a cargo – dedução fixa de 30€; -----
 - 2 dependentes a cargo – dedução fixa de 70€; -----
 - 3 ou mais a cargo – dedução fixa de 140€-----
- 3) Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, indicados pelos Serviços Técnicos, nos termos do nº 8 do artigo 112º -----

Ponto cinco) Proposta de fixação da Participação Variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município -

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta de fixação da participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal neste Município, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, com a redação dada pelas Leis nºs 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2025, de 16 de julho, 132/2025, de 4 de setembro, 7-A/2016, de 30 de março, 42/2026, de 28 de dezembro, 114/2027, de 29 de dezembro, 51/2018, de 16 de agosto, 71/2028, de 31 de dezembro, 2/2020, de 31 de março e 66/2020, de 4 de novembro. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que aquela proposta de 2,5% tinha sido um acordo feito com a força política VIVA, no ano anterior, pois o valor estava nos 5% e aquela força política sugeriu que baixasse para 0%. Após entendimento, optou-se pelos 2,5% e considerou-se que se deveria manter este valor, tendo em conta que o Município “não tinha tanto dinheiro que pudesse prescindir do dinheiro dos impostos”. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e disse que também ele aprovava aquela proposta e que todos já conheciam o seu pensamento, afirmando que votaria favoravelmente, por solidariedade com a bancada da CDU. -----

Ponto seis) Proposta de designação do júri de recrutamento do cargo de Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, nos termos da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) na atual redação

- O Senhor Presidente disse que não “tinha muito a dizer sobre este assunto”, a não ser o facto de ter havido um acordo com as outras forças políticas, segundo o qual, cada uma faria a escolha de um membro do júri. -----

Assim, o júri de recrutamento para o cargo de Chefe da Divisão de Gestão de Recursos tem a seguinte composição: -----

Presidente – Maria Cristina da Costa Bernardo, Chefe da Divisão da Gestão de Pessoal do Município de Évora; -----

Vogais Efetivos-José Luís Fialho Duarte Banha, Diretor do Núcleo Administrativo e Financeiro do Instituto de Segurança Social, Centro Distrital de Évora e Hélder Fernandes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Vendas Novas. -----

Vogais Suplentes – Luís Miguel Morais Tavares Machado, Chefe da Divisão Urbanística e Processual do Município de Viana do Alentejo e Helena Isabel Barros Torrão, Técnica Superior (Psicologia) do Município de Viana do Alentejo. -----



Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o membro Fernando Janeiro, em representação da bancada do PS, apresentou uma declaração de voto, que se transcreve:

“Proposta de designação do Júri de Recrutamento do Cargo de Chefe da Divisão de Gestão de Recursos

Declaração de Voto

A bancada do partido Socialista, numa atitude responsável, vota favoravelmente este júri que foi indicado pelas três forças partidárias eleitas no Concelho, por considerar que a Divisão de Gestão de Recursos é demasiado importante para o funcionamento da autarquia e não pode estar sem dirigente.

Devemos, no entanto, reafirmar que todo o processo e verdadeiras motivações para a exoneração da anterior chefe de divisão continuam sem o esclarecimento devido. Todo o processo foi efetuado à revelia da oposição, tendo sido apresentado como um ato consumado. Devemos lembrar que a CDU não tem maioria em nenhum dos órgãos, tendo apenas pouco mais de um terço dos votos, pelo que tem de negociar com a oposição todas as decisões importantes.

Não sabemos também se a visada recorreu ou irá recorrer da decisão do Sr. Presidente, a instâncias superiores, pelo que esperamos que estejam acauteladas todas as possibilidades futuras sem prejuízos para o Município. “

Ponto sete) Proposta de delegação no Senhor Presidente da Câmara, da competência para assunção dos Compromissos Plurianuais, nas situações previstas no nº 3 do artigo 6º da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso), na redação atual-

O Senhor Presidente da Junta de Freguesiade Alcáçovas, Frederico Carvalho, interveio e disse que, em nome da bancada do VIVA, não “se sentiam confortáveis na aprovação daquele ponto”. Por um lado, não tinham Orçamento aprovado e em segundo lugar, disse que era recorrente algum tipo de obras, nomeadamente, as que foram realizadas na Praça da República, em Viana do Alentejo. Para estas obras, não tinha havido calendarização prévia, licenciamentos, e custos programados-disse. -----

O membro Frederico Carvalho disse que não iam passar “um cheque em branco” a esta questão, quando em situações menos exigentes era necessário haver rigor e informação à oposição. -----

Não havendo este rigor, esta informação e cautela, o VIVA não se sentia confortável nessa vinculação.-----

Assim, a Assembleia deliberou aprovar, por maioria, com 5 votos contra por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho, e 13 votos a favor por parte dos eleitos da CDU e do PS, a delegação de competências no Senhor Presidente para autorizar os procedimentos de despesa que dão origem a encargo orçamental em ano económico que não seja o da sua realização, desde que o montante desse encargo não ultrapasse, 99 759,58€ (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos(nos termos do disposto no nº 3 do artigo 11º do Decreto –Lei nº 127/2012, de 21 de junho na atual redação, conjugado com o disposto no nº3 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro na atual redação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e dirigindo-se ao Senhor Presidente da



Junta de Alcáçovas e restantes membros, disse que se aquele ponto não tivesse sido aprovado, teria muitas consequências e uma delas seria reunir a Assembleia com muita regularidade. O conceito que se tinha de reuniões extraordinárias mudaria radicalmente-afirmou. -----

Ponto oito) Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento do Prémio Literário António Isidoro de Sousa-

Em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente explicou que aquela proposta de regulamento já existia no tempo do anterior executivo, contudo, não tinha sido publicado em Diário da República. -----

Em seguida, o Senhor Presidente pediu à Senhora Vereadora Paula Neves que falasse sobre aquela proposta. -----

A Senhora Vereadora referiu que aquele prémio era uma iniciativa da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, cuja finalidade era a valorização da língua e cultura portuguesas, incentivando, promovendo e divulgando a criação literária, homenageando António Isidoro de Sousa. Esta iniciativa destinava-se a premiar o melhor trabalho inédito, na modalidade de prosa e poesia. Estes trabalhos teriam de ser textos inéditos e poderiam participar autores com idade igual ou superior a 16 anos, sendo a temática dos textos da responsabilidade dos autores. O Prazo dos trabalhos terminaria a 30 de setembro e haveria um prémio no valor de 500€, entregue em cerimónia pública, no dia 23 de abril, dia mundial do livro. -----

O membro Nuno Grave usou da palavra e alertou para o facto de aquela proposta ser a aprovação de um projeto e, a Assembleia Municipal, sendo um órgão deliberativo não aprovava projetos. Aquilo que deveria ser submetido a aprovação da Assembleia seria a proposta de regulamento. -----

Prosseguindo, o membro Nuno Grave disse que tinha ainda uma dúvida acerca daquele assunto, na medida em que aquele regulamento já “vinha do anterior executivo”. Neste contexto, apresentou uma pequena cronologia, de forma a perceber-se como tudo se desenvolveu e, assim, analisar a questão da submissão daquele ponto à Assembleia Municipal. De acordo com estes factos apresentados, concluiu-se que o regulamento tinha sido aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2021, pelo que “não fazia sentido” que este ponto tivesse sido novamente submetido a aprovação. Se fosse uma alteração ao regulamento, seria correto a submissão e aprovação na Assembleia, mas não era disso que se tratava. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que se lembrava deste assunto e que a sua intervenção tinha sido para dizer que 500 euros era pouco, já que se estava a pedir ao autor que abdicasse dos direitos de autor e que talvez se devesse pagar um pouco mais. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que “não conseguia ajudar muito neste assunto” e que a única informação que tinha era que “não tinha sido publicado em Diário da República”. ---

A Senhora Vereadora Paula Neves disse que a informaram que o referido regulamento não tinha sido publicado em Diário da República, por isso, deveria ser, novamente, submetido a aprovação da Assembleia Municipal. -----

De qualquer forma, poder-se-ia pedir mais esclarecimentos sobre o assunto-disse. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que o esclarecimento que tinha de ser feito era se havia “algum passo que não tivesse sido dado”, o qual justificava, novamente a aprovação do regulamento. -----

O membro Fernando Janeiro interveio e disse que se tivesse havido alteração, provavelmente, o processo teria de ter começado do início. -----



A Senhora Vereadora Sara Grou interveio que explicou que não tinha havido qualquer alteração e que lhes tinha sido apresentado, apenas uma vez, um projeto de regulamento, como se tivesse sido criado novamente e que teria de ir a aprovação da Câmara, mais do que uma vez, porque teria de seguir todos os trâmites. Disse a Senhora Vereadora que “ficaram à espera que o assunto voltasse à Câmara” e surpreendeu-se porque o assunto voltou como “Proposta de Regulamento” para ser submetido à Assembleia. -----

Nesta situação, a Senhora Vereadora Sara Grou disse que, em sua opinião, o ponto deveria ser retirado, tal como aconteceu em reunião de Câmara com o assunto do Voluntariado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia considerou que se deveria propor ao Senhor Presidente da Câmara que a Assembleia não se pronunciasse sobre o ponto em questão e que o mesmo fosse retirado, para que a Câmara verificasse se todos os passos tinham sido cumpridos ou se ainda faltaria resolver algum e, nesse caso “faria sentido” nova submissão à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente concordou com a proposta do Senhor Presidente da Assembleia, tendo o ponto sido retirado da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto nove) Proposta de aprovação do processo nº 109/2023 da DAUP, nos termos da alínea Q do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro na atual redação –

O Senhor Presidente da Câmara explicou que este era um procedimento habitual quando havia cedências de interesse público. -----

O Senhor Presidente da Assembleia acrescentou que se tratava de 50,55 metros quadrados para o domínio público. -----

O membro Manuel Rafael pediu que lhe fosse explicado em que consistia aquela doação, “se havia alguma contrapartida ou se tinha surgido do nada” -----

O senhor Presidente respondeu que era uma proposta técnica para desanexação de um terreno e sempre que isto acontecia, tinha de haver o espaço de cedência, quer para os espaços verdes, quer para os estacionamento. Disse que não conhecia o processo em pormenor, pelo que não era capaz de desenvolver mais sobre o assunto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio e disse que a resposta ao assunto estava na frase que dizia que “aquela proposta de cedência iria ampliar em 50,55 metros quadrados a extensão do arruamento público e, deste modo, possibilitar a operação de destaque pretendida para o prédio”. -----

Provavelmente, o dono deveria querer fazer uma operação de destaque e, para essa parcela que quer destacar, uma das condições é ter acesso a um arruamento público. Era esta a “leitura” que fazia do documento –disse. -----

O Senhor Presidente interveio, de seguida, e disse que aquele terreno que ia ser destacado tinha acesso através de um beco. O proprietário estava a ceder uma parte do terreno para se ter acesso a esse destaque. -----

Não havendo mais intervenções neste ponto e submetido a votação, a Assembleia deliberou aprovar, por maioria, com cinco abstenções por parte da bancada do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Manuel Rafael, Celeste Gomes e Tânia Milhano) doze votos favoráveis por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho) e da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, António Grosso, Paula Maurício, António Jacinto Grave, Joaquim Teixeiro e Rosinda Gaio) e um voto a favor por parte do membro Fernando Janeiro da bancada do PS. -----



Ponto dez) Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, Vasco Fialho, apresentado pela bancada do Partido Socialista – O Senhor Presidente da Assembleia referiu que se tentou incluir este ponto na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, pelo facto de estar muito próxima da data do falecimento do Senhor Presidente da Junta. Por se tratar de uma sessão extraordinária, tal não foi possível, tendo sido acordado que na sessão seguinte, o referido ponto deveria constar. --- A atual Presidente da Junta de Freguesia, Tânia Milhano, cumprimentando todos os presentes, procedeu à leitura do Voto de Pesar:

“Assembleia Municipal de Viana do Alentejo

VOTO DE PESAR

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO PELO FALECIMENTO DO SENHOR VASCO MIGUEL TELES FIALHO

CONSIDERANDO QUE:

1. O Senhor Vasco Miguel Teles Fialho deu um enorme contributo à cidadania e à causa pública enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
2. Todos os que colaboraram diretamente com o Senhor Vasco Fialho são testemunhas do seu envolvimento cívico, dedicação e trabalho em proveito da população do Concelho de Viana do Alentejo;
3. Ficará para sempre na memória de todos nós, como um excelente ser humano em busca da união, solidário com o próximo, promotor de consensos e agindo em prol do bem-comum;
4. Foi uma referência de munícipe com enormes qualidades humanas, um grande exemplo de determinação e coragem contra a doença que o venceu numa luta desigual.

Tendo em consideração a profunda consternação pelo falecimento do Sr. Vasco Miguel Teles Fialho, no exercício de funções como Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, merecendo da população, o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, atendendo à importância que representa para o Município de Viana do Alentejo, a **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO**, convocada em sessão ordinária, **TENDO EM CONTA O EXPOSTO** deliberou:

1. Nos termos regimentais aplicáveis, **APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR: VASCO MIGUEL TELES FIALHO**, no passado dia 10 de outubro de 2023, endereçando à família e amigos as sentidas condolências.

Alcáçovas, 29 de dezembro de 2023



O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, usando da palavra, referiu-se à sua experiência no convívio com o antigo Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, que só conheceu em 2021 e realçou o seu “virtuosismo”. Não obstante pertencer a um partido político diferente e que o “visava bastante”, manteve com ele uma relação de solidariedade em todas as situações. Para além disto, não “esquecia o momento de aflição que a Junta de Freguesia de Alcáçovas viveu, por uma fatalidade que originou a falta de um recurso humano” e o Vasco, numa atitude cooperante e solidária, cedeu recursos humanos da Freguesia de Viana para ajudar a Junta de Freguesia de Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas disse que este era o maior legado que poderia ter deixado no Concelho de Viana do Alentejo, e aquilo que era a expressão viva de um ativismo político-partidário. Reconhecia-lhe imensas qualidades e, por isso, saudava aquela iniciativa, ainda que pesarosa-disse. -----

A terminar a sua intervenção deixou um desafio à Comissão de Toponímia, para considerar a possibilidade de atribuir o nome do Vasco a um “arruamento futuro” do Concelho de Viana do Alentejo e ainda sugeriu que houvesse um empenho Municipal, no sentido de preparar uma homenagem solene ao Vasco Fialho, pois o seu papel e exemplo assim o exigiria e, em nome da freguesia de Alcáçovas disse que a rapidamente se juntaria a essa iniciativa. -----

Assim, deixou a sugestão aos órgãos autárquicos (Câmara e Assembleia) e a todas as entidades institucionais do Concelho, pois “o Vasco era sinónimo de meritocracia, de cooperação, boa vontade e solidariedade, mesmo entre opiniões divergentes”. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Frederico Carvalho, agradeceu ao Partido Socialista por este Voto, o qual os deixava “muito sentidos”. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia que disse “não iria entrar na questão das cores político-partidárias, até porque conhecia o Vasco há muitos anos e com quem tinha partilhado muitas coisas e já que se estava a entrar nos 50 anos do 25 de Abril, diria que o Vasco era a prova de que 25 de Abril tinha tornado possível que “qualquer filho de qualquer homem pudesse atingir qualquer coisa”. Antes desta data, seria, com certeza, muito mais difícil-acrescentou. -----

Para além disto, o Vasco era um homem do povo e faleceu sendo Presidente de Junta e se a vida lhe permitisse ter continuado, amanhã não sabia o que teria sido –disse. -----

O Senhor Presidente da Assembleia realçou as vivências do Vasco, enquanto homem do povo, filho da democracia e que sempre soube diariamente, independentemente das suas opções e das mudanças de legítimas de opinião, conservara sua personalidade, a sua forma de ser e a atitude gentil com que tratava qualquer pessoa. “Nele, o mais importante, sempre foram as relações pessoais-afirmou. -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia que não poderia estar mais de acordo com aquele Voto de Pesar pela enorme perda do Vasco que “continuará a fazer muita falta neste Concelho, onde somos muito poucos”. -----

Neste sentido, referiu que se associava, integralmente, ao Voto de Pesar e expressou as condolências à família e aos amigos. -----



Submetido a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, Vasco Fialho, apresentado pela bancada do Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia aludiu às sugestões apresentadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, as quais destacou, afirmando que, sendo possível realizar alguma destas iniciativas, seria “da mais elementar justiça que fosse possível executá-las”. – Relativamente aos pontos seguintes, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que o motivo que estava na base daqueles pontos era o mesmo, pelo que a apresentação e discussão seriam feitas em simultâneo, mas a votação seria feita separadamente. -----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que se tratava de uma receita que tinha entrado nos cofres do Município e que os 7 mil euros se referiam ao Programa Erasmus. Em relação aos 92 mil 325 euros, explicou que diziam respeito aos 7,5% da comparticipação do Estado à obra da EBSIS. Disse que esta percentagem incidia no primeiro valor, pois, ainda iriam negociar e tentar recuperar a diferença, já que aquela obra iria “ficar perto dos 3 milhões de euros” - disse. -----

Quanto aos 20 mil euros, o Senhor Presidente informou que tinha sido o valor relativo ao Protocolo celebrado entre o Município e o Banco Santander, através do qual o Município recebia esta quantia, como ajuda para a construção de uma rotunda. -----

Seguidamente, constata-se a repartição destas verbas por outras rubricas-disse. -----

Ponto onze) Proposta de aprovação da 5ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita- A Assembleia deliberou aprovar, por maioria, com 5 abstenções, por parte da força política VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho) e 13 votos favoráveis, por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, Manuel Rafael, Celeste Gomes e Tânia Milhano) e da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, António Grosso, Paula Maurício, António Jacinto Grave, Joaquim Teixeira e Rosinda Gaio) a 5ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita- -----

Ponto doze) Proposta de aprovação da 5ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa – Por maioria, com 11 abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho) e dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, Manuel Rafael, Celeste Gomes e Tânia Milhano) e 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, António Grosso, Paula Maurício, António Jacinto Grave, Joaquim Teixeira e Rosinda Gaio), a Assembleia deliberou aprovar a 5ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa -----

Ponto treze) Proposta de aprovação da 5ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos - Por maioria, com 11 abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho) e dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, Manuel Rafael, Celeste Gomes e Tânia Milhano) e 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU ((Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, António Grosso, Paula Maurício, António Jacinto Grave, Joaquim Teixeira e Rosinda Gaio), a Assembleia deliberou aprovar a 5ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----



Ponto catorze – Proposta de aprovação de distinção, com atribuição de medalha de honra aos autarcas que desempenharam funções, após a instauração do poder local democrático, nos diferentes órgãos autárquicos, em prol do desenvolvimento do Concelho de Viana do Alentejo, até setembro de 2021 – O Senhor Presidente da Assembleia

referiu que ao esclarecer este assunto, a resposta foi que os autarcas em causa seriam os Presidentes de Câmara, Presidentes de Assembleia Municipal, Presidentes de Junta de Freguesia e Presidentes de Assembleia de Freguesia, que desempenharam estas funções desde o 25 de Abril até às últimas eleições autárquicas. -----

Depois desta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia disse que não deveria estar presente, pelo que iria declarar o seu impedimento na aprovação deste ponto. Na mesma situação estava o membro Marília Rasquinho, que tinha sido Presidente da Assembleia de Freguesia de Alcáçovas, pelo que tinha sido consensualizado com o membro Nuno Grave que ambos estariam ausentes desta votação. -----

De seguida, interveio o membro Paula Maurício que disse que também iria declarar o seu impedimento na votação deste ponto, pelo facto de ter exercido funções de Presidente da Assembleia de Freguesia de Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio e referiu que “era uma questão de opção, não havia qualquer impedimento”. Quem tivesse sido Presidente de qualquer um daqueles órgãos não estava impedido de votar, seria apenas a opção de cada um. -----

Depois destas observações, o Senhor Presidente da Assembleia, o membro Marília Rasquinho e o membro Paula Maurício declararam o seu impedimento. -----

O membro Nuno Grave perguntou se o Senhor Presidente da Câmara tinha alguma clarificação a fazer sobre o assunto em causa. -----

O Senhor Presidente referiu que o assunto “estava explícito” e que tinha sido uma opção do executivo em fazer aquela proposta à Câmara e à Assembleia Municipal, visto que se estava a entrar no ano em que se comemoravam os 50 anos do 25 de Abril e faria todo o sentido ir reforçando, ao longo do ano, o papel dos autarcas neste período. -----

Neste contexto, decidiu-se homenagear “aquelas pessoas que de uma forma ou de outra, independentemente dos partidos políticos, trabalharam em prol das populações. -----

Adiantou que, apesar desta homenagem ser mais restrita, pretendia-se que por altura das comemorações do 25 de Abril se alargasse a todos os eleitos, após o 25 de Abril. -----

Submetido a votação, a Assembleia deliberou aprovar por unanimidade, a proposta de aprovação de distinção, com atribuição de medalha de honra aos autarcas que desempenharam funções, após a instauração do poder local democrático, nos diferentes órgãos autárquicos, em prol do desenvolvimento do Concelho de Viana do Alentejo, até setembro de 2021.-----

Ponto quinze- Proposta de aprovação do Regulamento Municipal dos Pavilhões Gimnodesportivos Municipais e Nave do Centro Social de Aguiar. -----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que era importante haver alteração naquele regulamento, a partir do momento em que se concluiu o Centro Social de Aguiar, de forma a poder-se utilizar os referidos pavilhões quer pela população, quer pelas escolas. -----

O Senhor Presidente solicitou à Senhora Vereadora Paula Neves que “adiantasse mais alguma informação sobre o assunto”. -----



A Senhora Vereadora, no uso da palavra disse que existia um Regulamento Municipal dos Pavilhões Gimnodesportivos Municipais, mas que nunca tinha sido aprovado nem em reunião de Câmara, nem em Assembleia Municipal. Assim, houve necessidade de criar aquele regulamento e a par disso, acrescentou-se a Nave do Centro Social de Aguiar. -----

O membro Fernando Janeiro interveio e disse que “lamentava que tivesse havido pressa para inaugurar o equipamento” e depois a população de Aguiar não pudesse usufruir do espaço, até ao momento, por falta daquele regulamento. Referiu, ainda, que aquele regulamento poderia ter sido elaborado no decorrer da realização das obras. -----

Desta forma, nem os alunos das escolas nem a restante população de Aguiar na sua atividade desportiva, podiam utilizar o espaço. -----

Para além desta observação, o membro Fernando Janeiro disse que este regulamento tinha eficácia externa e tinha sido colocado em consulta pública, mas deveria ter sido também publicado em Diário da República. Neste sentido, perguntou se de facto tinha sido publicado ou “estariam a cometer uma ilegalidade, caso votassem aquele ponto. -----

A Senhora Vereadora Paula Neves respondeu à questão e disse que “tinha praticamente a certeza da sua publicação em Diário da República, mas que poderia confirmar “. -----

O Senhor Presidente afirmou que não se lembrava de ter sido falado em reunião de Câmara e solicitou a “ajuda da Senhora Vereadora Sara Grou que referiu que o regulamento em causa não tinha sido enviado para consulta pública, portanto, tinha sido aprovado em reunião de Câmara “com um passo a menos”. Como o regulamento estava publicado no site, presumiu-se que a prévia consulta pública em Diário da República, durante 30 dias, tinha sido feita. –

Assim, o que tinham aprovado, deixava de ter eficácia- afirmou. -----

A Senhora Vereadora contou que o chefe de gabinete do Senhor Presidente da Câmara tinha dito que este processo tinha tido “dois passos num só”, ou seja, a proposta de projeto foi enviada para reunião de Câmara, juntamente com o projeto de regulamento, mas isso estava correto. O que tinha faltado era a consulta pública, durante 30 dias, em Diário da República. O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e cumprimentou os presentes, deixando votos de um excelente ano para todos. -----

Este Vereador confirmou a informação da Senhora Vereadora Sara Grou, relativamente ao que tinha sido transmitido pelo chefe de gabinete do Senhor Presidente. -----

O membro Fernando janeiro voltou a intervir e disse que “lamentava, mais uma vez, o atraso que este lapso tinha provocado e lamentava também ter sido ele e levar aquele assunto à Assembleia Municipal, mas que era preferível a cometer-se uma ilegalidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da última frase documento que dizia” O presente regulamento foi objeto de consulta pública e de acordo com o artigo 101º do Código Administrativo”. Em relação a isto, disse que não sabia se respondia ao problema, mas que “lhe parecia que não”. -----

O membro Fernando Janeiro leu os artigos 100º e 101º do Código Administrativo, na tentativa de se perceber quais os passos que deveriam ter sido dados de acordo com a Lei. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou, referindo-se ao mesmo Código, disse que para que um regulamento tivesse eficácia externa, a Câmara teria de autorizar o início do procedimento da conceção do regulamento e, em reunião de Câmara, este passo e o seguinte foram juntos.



Depois, seguiria para consulta pública no Diário da República, o que não aconteceu. Findo o prazo dos 30 dias, os serviços do Município elaborariam o projeto do regulamento, sendo posteriormente submetido a aprovação da Câmara, seguindo para a Assembleia Municipal. – O Senhor Presidente da Câmara disse ter dúvidas quanto à inclusão deste assunto no encarte do boletim municipal. -----

Perante a incerteza da legalidade da aprovação deste ponto, o Senhor Presidente da Câmara propôs que o mesmo fosse retirado da ordem de Trabalhos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse ter a indicação de que o assunto tinha sido publicado em edital dia 10 de outubro de 2023. -----

Perante esta informação e de acordo com a leitura do artigo 101º, que considerava a publicação em Diário da República ou por outros meios, este edital poderia ser o “outro meio”, pelo que dispensaria a publicação em Diário da República. -----

Ainda assim, se se considerar que este passo não foi suficiente, dever-se-á retirar o ponto da discussão e cumprir o passo que, eventualmente, não foi dado e, oportunamente, voltar o documento a aprovação daquele órgão.-----

O membro Fernando Janeiro voltou a ler o artigo 101º e depois de se chegar à conclusão que o assunto não estava suficientemente esclarecido, o Senhor Presidente da Assembleia sublinhou as questões que este membro tinha levantado e afirmou que se a Assembleia entender que não se está em condições de aprovar o documento, o ponto será retirado da Ordem de Trabalhos, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que tratasse administrativamente, na Câmara, de todos os passos, de forma a voltar a aprovação da Assembleia. -----

O membro Fernando Janeiro voltou a intervir e perguntou que consequências haveria se o ponto fosse votado e se revelasse que era ilegal. -----

Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia que a consequência seria “voltar atrás e começar de novo” -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e disse que, em sua opinião, mediante toda a incerteza, o ponto deveria ser votado e se, posteriormente, se verificar que falta outro elemento, perde a eficácia e não se aplica. Assim, evitar-se-ia perder mais tempo, pois o ponto poderá voltar à próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse concordar com a opinião do Senhor Vereador António Costa da Silva porque apenas perde a eficácia, não havendo outros constrangimentos. -----

O Senhor Presidente da assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto dezasseis) Proposta de assunção de Compromissos Plurianuais decorrentes da contratação de um empréstimo de M/L prazo até ao limite de 800 mil euros, destinado à Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa- Relativamente a este ponto que foi incluído na Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia disse o assunto já tinha sido enquadrado, aquando da sua votação e que o documento que o Município enviava tinha mais informação.-----

O Senhor Presidente da Câmara interveio e referiu que o Tribunal de Contas, depois de ter os processos em seu poder, pedia alguns esclarecimentos ao Município e aquele era um desses



documentos. -----

Colocado a votação, a Assembleia deliberou aprovar, por maioria, com 5 abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho) e 13 votos favoráveis por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, Manuel Rafael, Celeste Gomes e Tânia Milhano) e dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, António Grosso, Paula Maurício, António Jacinto Grave, Joaquim Teixeira e Rosinda Gaio), a proposta de assunção de Compromissos Plurianuais decorrentes da contratação de um empréstimo de M/L prazo até ao limite de 800 mil euros, destinado à Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa. --

Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. -----

Não havendo intervenções, por parte do público, passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata, que foi votada e aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia 29 de dezembro de 2023. -----



Aprovada a 30 de setembro de 2024

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
